

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.326 - SC (2019/0355607-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **RAISSA MALENA FRANCO E OUTROS**
ADVOGADOS : **ROSANDRO SCHAUFFER - SC025022**
RAISSA MALENA FRANCO - DF059660
ADRIANO AMAURI CARVALHO - SC045056
DEISE LEHMKUHL - SC045844
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**
PACIENTE : **JULIANO CESAR GORAL (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de JULIANO CESAR GORAL contra acórdão da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC nº 4028520-92.2019.8.24.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente, em 10/9/2018, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 317, 288 e 321, parágrafo único, do Código Penal, e 66 e 68 da Lei n. 9.605/1998.

Contra a decisão, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 176/194):

HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO PASSIVA, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, ADVOCACIA ADMINISTRATIVA E CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO (ARTS. 317, CAPUT, C/C O 29; 288, CAPUT, E 321, PARÁGRAFO ÚNICO, TODOS DO CÓDIGO PENAL E 66 E 68, CAPUT, AMBOS DA LEI N. 9.605/98). PRISÃO PREVENTIVA E POSTERIOR INDEFERIMENTO DA REVOGAÇÃO.

ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NO CURSO DAS INVESTIGAÇÕES. DENÚNCIA OFERTADA NO TRÂMITE DESTE WRIT PREJUDICIALIDADE DO PEDIDO.

AUTORIA. ARGUMENTOS RELATIVOS AO MÉRITO DA AÇÃO PENAL QUE EXIGIRIAM INCURSÃO APROFUNDADA NA ANÁLISE DA PROVA, INVIÁVEL NA

VIA ESTREITA DO WRIT. DE MAIS A MAIS, MAGISTRADO QUE ENFRENTOU DETIDAMENTE OS INDÍCIOS DE AUTORIA. DENÚNCIA QUE IMPUTOU AO PACIENTE, COM AMPARO PROBATÓRIO, A PRÁTICA DE DIVERSOS DELITOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O MEIO AMBIENTE, PERPETRADOS NA CONDIÇÃO DE GERENTE REGIONAL DO MEIO AMBIENTE DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE. FUMUS COMMISSI DELICTI PRESENTE. NÃO CONHECIMENTO, NO PONTO.

ALEGADA CARÊNCIA DE FUNDAMENTOS DO DECRETO PREVENTIVO E DA DECISÃO QUE INDEFERIU O PLEITO DE REVOGAÇÃO E AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. INOCORRÊNCIA. DECISÃO FUNDADA NA NECESSIDADE DE ACAUTELAR A ORDEM PÚBLICA, DIANTE DA GRAVIDADE CONCRETA DAS CONDUTAS, A REVELAR A PERICULOSIDADE DO PACIENTE, MORMENTE DIANTE DO MODUS OPERANDI EMPREGADO PELOS AGENTES À PRÁTICA DOS CRIMES. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA COM INTENSA ATIVIDADE, VERIFICADA PELA INFINIDADE DE ATUAÇÕES DELITIVAS A TODOS ATRIBUÍDA, A INDICAR POTENCIALIDADE DE REITERAÇÃO. DELITOS, PRINCIPALMENTE CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PRATICADOS, COM EXTREMA FACILIDADE, PELO GRUPO DESDE 2018. MANIFESTO RISCO DE REITERAÇÃO. AINDA, DECRETO CALCADO NA GARANTIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA INSERÇÃO SOCIAL DE CADA MEMBRO. TESTEMUNHAS, EM SUA MAIORIA, DELES SUBORDINADAS. OUTROSSIM, DECISÃO QUE INDEFERIU O PLEITO DE REVOGAÇÃO DA SEGREGAÇÃO QUE PONDEROU A AUSÊNCIA DE MODIFICAÇÃO FÁTICA FAVORÁVEL E A COLHEITA DE ELEMENTOS DE PROVAS, DURANTE POUCOS DIAS DE CUSTÓDIA CAUTELAR, A CONFORTAR A TESE MINISTERIAL DA OCORRÊNCIA DOS CRIMES E A EFETIVA INTIMIDAÇÃO DE TESTEMUNHAS. PONTUADA APREENSÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES, EM CONSIDERÁVEL QUANTIDADE, UTILIZAÇÃO DE CARTAS ANÔNIMAS E APARIÇÃO, SUGESTIVA, DE FALSO AGENTE DO GAECO. SUFICIÊNCIA. CIRCUNSTÂNCIAS, CONCRETAS, QUE EVIDENCIAM A INEVITABILIDADE DA MEDIDA EXCEPCIONAL E, POR CONSEQUÊNCIA, A INSUFICIÊNCIA DAS DEMAIS MEDIDAS CAUTELARES. PREDICADOS SUBJETIVOS POSITIVOS QUE NÃO OBSTAM A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. PRINCÍPIOS

Superior Tribunal de Justiça

CONSTITUCIONAIS NÃO VIOLADOS.

CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.

SEGREGAÇÃO MANTIDA. WRIT PARCIALMENTE
CONHECIDO. ORDEM DENEGADA.

No presente *writ*, a defesa repete as alegações de ausência de fundamentos para a segregação e de excesso de prazo na conclusão do inquérito, cujo não encerramento impediria acesso da defesa aos elementos de prova. Afirma que embora tenha sido oferecida a denúncia, as investigações não foram concluídas.

Aduz, por outro lado, que não se sustenta a motivação da prisão para evitar a reiteração delitiva, uma vez que o paciente já foi afastado de suas funções públicas. Ademais, não teria autoridade sobre as testemunhas, nem haveria indícios de perseguições por ele praticadas. Ainda, afirma que as armas e munições mencionadas são utilizadas para esporte, em clubes de caça e tiro.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão, bem como a determinação de imediata juntada do inquérito por parte do Órgão Ministerial.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. As circunstâncias destacadas pelo acórdão, da existência de possível perseguição de servidores, utilização de cartas anônimas e até aparição de falso agente do GAECO que teria intimidado testemunha, recomendam, ao menos por ora, a manutenção da prisão. Relevante, também, a consideração de que, não obstante o oferecimento da denúncia, é provável a reinquirição judicial de testemunhas, preservando, assim, o fundamento da necessidade da assegurar a instrução criminal.

Superior Tribunal de Justiça

Quanto ao excesso de prazo na conclusão do inquérito, bem como à alegada negativa de acesso da defesa aos elementos de prova produzidos, são teses que requerem a oitiva da autoridade apontada como coatora, por ocasião da prestação de informações.

Desse modo, considero imprescindível, no caso, uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Observe-se que o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator